

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Nathalie Mondego de Carvalho Lima Arrábida Paes

A Caça às Bruxas Contemporânea:
as implicações do capitalismo neoliberal na vida das mulheres

Orientadora: Paula Drumond

Rio de Janeiro
2021.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Nathalie Mondego de Carvalho Lima Arrábida Paes

A Caça às Bruxas Contemporânea:
as implicações do capitalismo neoliberal na vida das mulheres

Orientadora: Paula Drumond

Monografia apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio) como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Rio de Janeiro
2021.2

Resumo

O capitalismo neoliberal sustenta desigualdades de gêneros e práticas patriarcais e machistas, mantendo a degradação da mulher, através da violência e, dessa forma, sustentando a subordinação sistêmica das mulheres. Desde a época da Caça às Bruxas é utilizada uma política de medo contra as mulheres, assim como uma necropolítica, corroborando com o continuum de violência. Atualmente, vemos uma repetição da história através das continuidades da violência contra a mulher em momentos de transição para o capitalismo ou vertentes dele. O presente artigo revisa a literatura do capitalismo através da lente da segunda onda feminista de Nancy Fraser, e do continuum de violência e necropolítica de gênero, de Paola Bonilla. O argumento é desenvolvido através de um contexto histórico da Caça às Bruxas, contemporaneidade ilustrada pelo caso indiano.

Palavras-chave: Feminismo; *Continuum*; Violência; Androcentrismo; Capitalismo

Sumário

1. Introdução	4
2. Metodologia	9
3. Marco Teórico E Discussão Da Literatura	12
3.1. O capitalismo sob o ponto de vista feminista	12
3.2. Continuum de Violência	21
4. A Caça às Bruxas Contemporânea	25
4.1. Caça às Bruxas Medieval e Ascensão do Capitalismo	25
4.2. Período Contemporâneo	30
4.3. Estudo de Caso	35
5. Considerações Finais	44
6. Referências bibliográficas	47

1. Introdução

A monografia proposta busca explorar a diminuição hierárquica da mulher, construída historicamente através da estrutura do capitalismo neoliberal, conseqüentemente gerando e corroborando com violências contra a mulher, sejam indiretas ou diretas. A análise mapeará e definirá o que é o capitalismo neoliberal, como ele constrói essa hierarquia que mantém a mulher sempre em posições de inferioridade, sujeita à violência. Em seguida, será analisada a violência estrutural contra a mulher proveniente do sistema capitalista e a posição social da mulher. E, por fim, como se dá a manutenção desse sistema desigual através do continuum de violência. Por meio dessa análise, a pesquisa busca evidenciar a relação da violência contra a mulher, seja direta ou indireta, com o capitalismo e a hierarquia social; assim como apontar a continuidade dessas violências ao longo do tempo, desde a época da Caça às Bruxas até os dias atuais, utilizando como exemplo o caso indiano.

É inerente ao capitalismo uma hierarquização, conforme aponta Marx através do ponto de vista de classes. De maneira simplificada, Marx defende que a forma como a economia se organiza influenciará na forma como a sociedade se organizará também (MARX, 2008, p. 47). Logo, uma economia que gera desigualdade espelha uma sociedade desigual. Porém, é possível realizar uma análise através do ponto de vista de gênero.

A diferença entre os gêneros é produzida não só através da dicotomia da masculinidade e feminilidade, mas também da hierarquia do gênero, do privilégio das masculinidades e seus traços em relação às feminilidades (PETERSON, RUNYAN, 2014, p. 6).

Conforme Peterson e Runyan (2014, p. 6) apontam, "Gender is about power, and power is gendered". Há uma hierarquia de gênero que coloca o homem acima da mulher. Espera-se que os homens fiquem dentro dos padrões de masculinidade, que são privilegiados, e as mulheres dentro dos padrões de feminilidade, que são subordinados. Há uma desigualdade entre as atividades exercidas por homens e mulheres pelo fato de que as exercidas por homens são mais valorizadas ou privilegiadas em nosso sistema do que as exercidas por mulheres, ou seja, ocorre o fenômeno androcêntrico (FRASER, 2009). Em função da dicotomização do feminino e masculino, construímos uma imagem de polarização e de algo mutuamente exclusivo, logo, quando o masculino é privilegiado, é às custas do feminino. As autoras apresentam várias formas através das quais a desigualdade de gênero é mantida, são elas:

Like other social hierarchies, gender inequality is maintained by various means, ranging from psychological mechanisms (engaging in sexist humor, blaming the victim, internalizing oppressive stereotypes), sociocultural practices (objectifying women, creating "chilly climates" for women's advancement, harassing women sexually, trivializing women's concerns), structural discrimination (denial of equal rights, job segregation, marginalization of reproductive health issues), to direct violence (domestic battering, rape, femicide, or the systematic murder of women) (PETERSON, RUNYAN, 2014, p. 7).

As desigualdades de gênero são estruturadas pela política mundial e o poder do gênero atua como uma "meta-lens", uma lente, no caso genderizada, para analisar o mundo (PETERSON, RUNYAN, p. 39). O poder do gênero é político no sentido de operar para produzir e sustentar relações de poder desiguais.

Desde os primórdios da civilização, há o fenômeno de degradação das mulheres. Isso pode ser visto na Idade Média, através da Caça às Bruxas, cujo objetivo seria uma tentativa de destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua

função reprodutiva e servia para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor (FEDERICI, 2019, p. 22). Segundo a autora, a Caça às Bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo (FEDERICI, 2017, p. 20).

A acumulação primitiva de Marx, ou seja, o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas, é examinado por Federici através do ponto de vista das mudanças que introduz na posição social das mulheres na produção da força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 16). Ela inclui fenômenos que estão ausentes em Marx, são eles: o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. Nesse sentido, autoras como Federici (2017) e Fraser (2009) defendem que o capitalismo mantém essa perseguição ao feminino; a degradação das mulheres é vista, portanto, como uma condição necessária para a existência do capitalismo neoliberal.

A partir dessa discussão, pretendo responder a seguinte pergunta de partida: como o capitalismo neoliberal sustenta desigualdades de gênero e práticas patriarcais e machistas que mantêm a degradação da mulher?

O argumento defendido é o de que há uma continuidade da Caça às Bruxas medieval na contemporaneidade. A perseguição e degradação da mulher ocorrem há séculos; de forma que, historicamente, os homens sempre encontram formas de se manter em uma posição de superioridade. Na contemporaneidade, vemos uma

repetição da história através das continuidades da violência contra a mulher e, principalmente, em momentos de transição para o capitalismo ou vertentes dele.

As mudanças que vieram junto com o capitalismo neoliberal contemporâneo implicam em desigualdades e hierarquização social. O sistema foi construído para ser desigual. Com isso, observamos o fenômeno de continuum de violência na vida das mulheres, que sempre sofrem violências diretas ou indiretas em suas vidas decorrentes dessa estrutura socioeconômica.

Atualmente, vemos o sistema capitalista neoliberal funcionando perfeitamente; isso é visto através dos índices de violência doméstica, por exemplo, e o androcentrismo, a preferência por trabalhadores homens. A mulher, portanto, passa a ser minoria, no sentido socioeconômico, na esfera social, mesmo sendo maioria numericamente em alguns países como a Índia, de acordo com o National Family Health Survey de 2019-2021.

A Índia, portanto, será utilizada como estudo de caso desta monografia. Um país que tem 80,5% do povo seguindo a religião hinduísta (CENSUS OF INDIA, 2001), que prega a não violência, mas é considerado um dos lugares mais perigosos para uma mulher viver. Considerando os níveis altos de violência contra a mulher no país e a estrutura socioeconômica capitalista, se torna possível a análise em questão e a ilustração da continuidade da Caça às Bruxas na contemporaneidade, assim como demonstra o continuum de violência na vida feminina. Esta monografia busca expor a desvalorização e degradação da mulher na sociedade, dada através da hierarquização social e continuum de violência, criticando assim o sistema capitalista no qual vivemos e a continuidade da Caça às Bruxas.

Essa pesquisa é importante para entendermos a assimetria nas relações entre homens e mulheres. Essa diferenciação de gênero nasce de um processo sociocultural (GILES, 2004, p. 28). Tal assimetria, que é uma violência estrutural, é marcada pela diferenciação e preferência social e laboral do homem em relação à mulher, sustentada por machismos, evidencia que em nossa sociedade, mulheres são consideradas inferiores. O homem, portanto, é considerado o superior, pois o capitalismo favorece esse comportamento.

Em uma sociedade em que a violência contra a mulher está em ascensão é de suma importância entender por que isso acontece, questionar, entender a mentalidade por trás desses acontecimentos (SIEGFRIED, 2020). A violência contra a mulher no geral, não é um evento único. É constante na vida da mulher, sempre presente de alguma forma, seja através de um salário menor do que de um homem na mesma função ou por sofrer mais violências físicas ou psicológicas. Esse fenômeno de injustiça social, de diminuição da mulher, não é solitário, está acompanhado de situações socioeconômicas, criadas pelo capitalismo, e solidificadas por essas violências. É uma questão de direitos humanos que só começou a ser encarada como problema recentemente (MURRAY, 2013).

Para transformar nossa sociedade e diminuir a degradação da mulher e as desigualdades, é necessário discutir sobre o assunto. Porém, como Marx critica nas teses de Feuerbach, não adianta termos tantos pensadores se nada é colocado em prática (MARX, 1845). Esta monografia surge, primeiramente, como uma forma de discutir o assunto e, em segundo lugar, uma forma de inspirar a mudança.

2. Metodologia

Conforme visto na seção anterior, esta pesquisa busca explorar os efeitos do capitalismo na vida da mulher e a desigualdade gerada, criando uma Caça às Bruxas contemporânea baseada na degradação e desvalorização da mulher, através de um continuum de violência. Essa hierarquia criada através da perseguição ao feminino afeta todos os campos da vida da mulher, desde o cotidiano, até o campo laboral e de saúde, fincada nas desigualdades e em uma continuidade, essas violências estão sempre presentes.

Esta monografia, portanto, busca fazer um levantamento de referências teóricas para, em seguida, analisá-las e gerar uma reflexão sobre a temática, ilustrando o argumento central com um estudo de caso. O método a ser utilizado será a pesquisa bibliográfica, que é o primeiro passo para qualquer pesquisa científica. Conforme apontam Bastos e Keller (1995, p. 53), "A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em um estudo".

Com o aumento das discussões sobre o capitalismo e a ascensão do feminismo, é de extrema importância que as referências sejam atualizadas e aprimoradas, de forma a deixar o fenômeno em estudo mais claro (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 66). Segundo Sousa, Oliveira e Alves, "a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas" (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 65).

Esse método não é mera repetição do que já foi estudado. A partir de uma revisão do que já foi publicado, é possível abordar e dar um novo enfoque ao objeto de

estudo, fazendo com que novas conclusões, inovadoras, sejam possíveis (LAKATOS; MARCONI; 2003, p. 183). Assim, os conhecimentos já existentes colaboram com o desenvolvimento deste trabalho.

Para alcançar esse objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico prévio, desde clássicos marxistas e feministas até capitalistas neoliberais, para analisar se seria possível realizar a pesquisa presente. A partir do momento que o problema foi definido e a pergunta de pesquisa gerada, foi feito um aprofundamento e ampliação da bibliografia, através de fichamentos e revisões de literatura. Após a coleta das fontes secundárias e terciárias, é necessário realizar a análise delas, assim como a interpretação, para construir a fonte primária, que é a monografia em questão.

A pesquisa será separada em dois momentos principais, o marco teórico e revisão de literatura e outro momento de desenvolvimento. No primeiro, serão revisadas teorias feministas anticapitalistas e os debates sobre o continuum de violência, assim como a necropolítica de gênero. Em seguida, haverá um contexto histórico, apresentando a Caça às Bruxas, como foi iniciada, sua relação com o capitalismo e com a mulher. A seguir, será apresentado o contexto atual, reinado pelo capitalismo neoliberal e injustiças sociais. Aqui já será possível ver as similaridades e continuidades da Caça às Bruxas. O último movimento será um estudo de caso em que o enfoque são os estupros coletivos e a degradação das mulheres na Índia. O estudo de caso será utilizado com método de ilustração dos reflexos da perseguição da violência contra a mulher da Idade Média na Idade Contemporânea.

O momento de revisão de literatura será precedido por uma discussão sobre o marco teórico. Nela serão revistas as principais teorias utilizadas nesta monografia. São elas: capitalismo neoliberal, teorias críticas feministas e continuum de violência. Após

isso, a revisão de literatura colocará em perspectiva essas teorias. Será apresentado o capitalismo sob o ponto de vista do feminismo e dos estudos de gênero.

No primeiro movimento analítico, será entendido o que é o capitalismo neoliberal, como a estrutura hierárquica é montada e como isto é intrínseco à essência capitalista. Não existe capitalismo sem desigualdade e essa desigualdade é fundada na hierarquia socioeconômica, que pune as mulheres por existirem. Será entendida a exclusão feminina dos espaços laborais e a degradação sofrida. Isso será feito através da literatura feminista anticapitalista de Nancy Fraser.

Em seguida, será analisada a posição social da mulher imputada pelo capitalismo. Uma vez que já entendemos a estrutura em si, é possível entender o porquê de uns ficarem embaixo da estrutura e outros em cima. Como previamente exposto, entende-se que a hierarquização é intrínseca e a degradação é intrínseca à esta. Assim, vemos a mulher num lugar específico da sociedade. Sempre abaixo dos homens e sendo diminuídas por serem mulheres.

Por fim, teremos a seção que objetiva amarrar esses conceitos e chegar à ideia principal da monografia. As etapas anteriores desembocarão em uma reflexão sobre a relação da violência com o capitalismo e a hierarquia social, tanto na época medieval quanto atual. A Idade Média será ilustrada pela Caça às Bruxas e evidenciará a relação do capitalismo com a degradação feminina. A contemporaneidade será ilustrada pelo exemplo indiano, onde será evidenciada e ilustrada a desigualdade social, degradação e perseguição contra o feminino, logo, as diversas violências que as mulheres sofrem. Com o contexto histórico e o caso indiano, veremos a continuidade da Caça às Bruxas na atualidade.

3. Marco Teórico E Discussão Da Literatura

3.1. O capitalismo sob o ponto de vista feminista

Em "O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História", Nancy Fraser (2009) propõe situar a trajetória do feminismo, especificamente da segunda onda, em relação à história do capitalismo, visando integrar as teorias feministas e teorias críticas do capitalismo. A autora volta ao passado para sua análise, revendo a trajetória da segunda onda do feminismo, para contextualizar e situar na atualidade.

Similarmente, nesta monografia proponho buscar o passado para observar os reflexos deste, assim como as continuidades, no presente. Da Caça às Bruxas, onde ocorreu a transição do feudalismo para o capitalismo, à contemporaneidade, onde o capitalismo neoliberal reina, assim como a continuidade de violências contra a mulher, previamente vistas na Idade Média. A análise de Fraser apresenta conceitos chave para o entendimento do capitalismo neoliberal sob a perspectiva feminista. Logo, é possível utilizar a análise da autora, com seus conceitos e críticas, na análise presente, onde avalio os reflexos do capitalismo neoliberal na vida da mulher, sob uma perspectiva feminista, corroborando com o continuum de violência.

Fraser tem como objetivo entender o envolvimento da segunda onda feminista com o nascimento do capitalismo neoliberal, defendendo a hipótese de que a novidade da crítica da segunda onda ao capitalismo androcêntrico foi a crítica tridimensional, que junta as dimensões econômica, cultural e política, antes consideradas analiticamente distintas (FRASER, 2009, p. 14).

A autora apresenta seus argumentos em três etapas. Na primeira, é realizada uma contextualização do começo do movimento feminista, frente ao capitalismo

"organizado pelo Estado". Na segunda, Fraser explora a evolução do feminismo em um contexto social já diferente do apresentado na primeira etapa. Neste momento, o mercado está começando a controlar a política, ou seja, é o momento de transição para o neoliberalismo. A proposta é entender os ideais feministas, seus sucessos e fracassos, assim como divergências e convergências com o neoliberalismo. Por fim, o terceiro ponto é um pensamento sobre o futuro e como o feminismo irá se comportar frente à crise capitalista (FRASER, 2009, p. 12).

São destacados dois problemas centrais, que estão atrelados. O primeiro é a possível convergência de princípios feministas e neoliberais, de forma a legitimar a transição para essa forma de capitalismo. O segundo é o que a autora chama de "falha institucional com sucesso cultural", que se refere a mudança cultural e de pensamentos gerada pelo feminismo, mas a falta de mudança estrutural e institucional (FRASER, 2009, p. 13). Sobre essa segunda questão, Fraser defende que houve uma mudança estrutural, contudo, não a desejada pelas feministas. Para ela, "as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, saudáveis em si próprias, serviram para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa" (FRASER, 2009, p. 14). Aqui, é aparente o uso indevido de ideais feministas, que fomentaram a mudança cultural, para legitimar o neoliberalismo e sua mudança estrutural.

Fraser aponta quatro características do capitalismo que refletem consequências no feminismo e são conceitos essenciais para sua crítica. O capitalismo organizado pelo Estado é dividido, portanto, em quatro dimensões, economicismo, androcentrismo,

estatismo e wetsfalianismo, que mais tarde serão ressignificadas pelas feministas e pelo neoliberalismo.

A primeira característica é o economicismo que se refere ao controle do mercado pelo Estado, pela política. Estabelece uma injustiça social perfeita representada pela distribuição econômica injusta e desigualdade de classes; o objetivo desse classecentrismo e economicismo era marginalizar ou até invisibilizar dimensões, locais e eixos de justiça (FRASER, 2009, p. 16).

Outra característica é o androcentrismo, que centralizava no homem, como o trabalhador ideal, de maioria étnica e chefe e homem de família (FRASER, 2009, p.16). Neste, o homem era a principal fonte de sustento familiar e o salário da mulher era um complemento. Esse ideal de salário família reforçou as normas de gênero, a divisão sexual do trabalho e ratificou a posição autoritária do homem. Aqui também foi deixada de lado a importância do trabalho não assalariado, cuidando de casa, família e o trabalho reprodutivo. As atividades remuneradas ou não realizadas por mulheres ou associadas com elas eram desvalorizadas (FRASER, 2009, p.16). Dessa forma, as injustiças de gênero foram naturalizadas e deixaram de ser contestadas na política.

Há também como característica o estatismo que difundiu um ethos tecnocrático (FRASER, 2009, p.17). O planejamento de políticas era feito por peritos, as organizações burocráticas que as implementaram, logo, era uma terceirização do trabalho estatal. Segundo Fraser (2009, p. 17), "os Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas trataram aqueles a cujo serviço supostamente estavam mais como clientes, consumidores e contribuintes do que como cidadão ativos". A consequência foi uma cultura despolitizada em que decisões eram tomadas de forma mecânica,

através de cálculos, e sem participação dos cidadãos comuns que se tornaram "recipientes passivos de satisfações definidas e dispensadas de cima" (FRASER, 2009, p. 17).

A última característica do capitalismo citada por Fraser é o Westfalianismo. Aqui observa-se uma mobilização das capacidades dos Estados-nação, com foco no desenvolvimento econômico nacional em nome da cidadania nacional (FRASER, 2009, p.17). Nem sempre esse desenvolvimento era objetivado visando o interesse do cidadão, de forma que canalizou reivindicações de justiça nas políticas internas estatais. A consequência era a omissão do alcance à justiça e invisibilização das injustiças trans-fronteiriças, uma vez que os comprometimentos compulsórios da justiça só se aplicam entre concidadãos.

A segunda onda feminista deu palco à luta contra o economicismo, estatismo, westfalianismo do capitalismo organizado pelo Estado; assim como ao androcentrismo tão presente no sistema. Fraser parte para uma explicação sobre como o feminismo lutou contra cada uma dessas características. Na luta contra o economicismo, as feministas rejeitavam a ideia de "identificação exclusiva de injustiça com má distribuição entre classes" (FRASER, 2009, p. 18). Apesar da rejeição, a "centralidade da justiça distributiva e da crítica da economia política no projeto de emancipação das mulheres" não era questionada (FRASER, 2009, p. 21). Elas retiraram quaisquer lentes teóricas para conseguir analisar a totalidade da sociedade sem enviesamento, ampliando, assim, o que era considerado injustiça (FRASER, 2009, p. 18). Com isso, conseguiram enxergar injustiças antes invisibilizadas, como dentro do ambiente familiar, nas tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana. Também

reinterpretaram desigualdades sociais previamente negligenciadas, toleradas ou racionalizadas (FRASER, 2009, p.18).

As vertentes feministas se juntaram e passaram a focar em classe, raça, sexualidade e nacionalidade, em oposição ao foco principal anterior que era apenas o gênero. Com isso o campo de ação se expandiu, incluindo assuntos antes privados, à exemplo sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra a mulher. O conceito de injustiça ficou mais abrangente incluindo hierarquias de status e assimetrias de poder político, além de desigualdades econômicas. Surgiu assim uma "compreensão tridimensional mais ampla, abrangendo economia, cultura e política" (FRASER, 2009, p.18).

O link entre essas injustiças era a subordinação sistêmica das mulheres, fundamentada nas estruturas da sociedade (FRASER, 2009, p.18). Fraser defende a visão de que a totalidade social se caracteriza "como uma forma historicamente específica, a sociedade capitalista organizada pelo Estado de forma androcêntrica, estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação" (FRASER, 2009, p.18).

Para acabar com tal subordinação feminina, seria necessário transformar as estruturas da totalidade social, portanto, uma transformação sistêmica (FRASER, 2009, p.19). De forma que, aprofundaram a centralidade da justiça distributiva e da crítica da economia política, as relacionando com dimensões cultural e política.

Na luta contra o androcentrismo, surgiu um problema interno entre os movimentos emancipatórios. As feministas focavam nas injustiças de gênero, o que não era prioridade em outros movimentos. Em algumas vertentes feministas, como o feminismo socialista, isso se tornou um grande problema porque além da luta contra o

androcentrismo do capitalismo, também tinham que lidar com o sexismo dentro da esquerda, enquanto faziam parte da mesma (FRASER, 2009, p. 19).

A essência androcêntrica é a divisão sexista do trabalho, o que leva a uma desvalorização de trabalhos e tarefas realizadas por mulheres (FRASER, 2009, p. 19). Ao aplicar tal análise ao capitalismo, Fraser encontra a conexão estrutural entre a subordinação feminina e a dominação masculina. Segundo a autora,

as conexões profundamente estruturais entre a responsabilidade das mulheres à maior parte dos cuidados não remunerados, a subordinação no matrimônio e na vida pessoal, a segmentação de gênero dos mercados de trabalho, a dominação do sistema político pelos homens, e o androcentrismo da provisão do bem-estar social, a política industrial e os esquemas de desenvolvimento (FRASER, 2009, p. 19).

Dessa forma, alcançaram a crítica tridimensional, integrando economia, cultura e política, "em uma análise sistemática da subordinação das mulheres no capitalismo organizado pelo Estado" (FRASER, 2009, p.19). O intuito das feministas da segunda onda era uma transformação estrutural sistemática, assim como os valores atrelados a tal estrutura, para, finalmente, trazer um foco à importância do trabalho não assalariado realizado por mulheres, acabando assim com a desvalorização sistêmica dele, e descentralizar o trabalho assalariado (FRASER, 2009, p.19). Acima de tudo, tinha como objetivo acabar com a divisão sexista do trabalho.

Na segunda onda do feminismo contra o estatismo, houve duas frentes feministas. Ambas criticavam o processo e o conteúdo do capitalismo organizado pelo Estado e, conseqüentemente, eram contra o ethos burocrático (FRASER, 2009, p.20). Foi incluída uma lente de gênero na já difundida crítica à organização fordista, chegando à conclusão de que essas instituições fordistas expressavam a masculinidade modernizada (FRASER, 2009, p.20).

Uma das frentes desenvolveu um contra-ethos, através de um movimento contracultural democratizante, que não tinha hierarquia, era altamente participativo e popular (FRASER, 2009, p.20). Isso foi uma "prática organizacional completamente nova de aumento da conscientização" (FRASER, 2009, p.20). Já a outra frente, que continha a maioria, ao invés de rejeitar as estruturas institucionais e tentar acabar com elas, tentou aplicar os valores feministas nessas instituições, com o intuito de conseguir um Estado democrático e participativo, realizando, assim, uma transformação de dentro para fora, incentivando a comunicação entre o Estado e a sociedade (FRASER, 2009, p.20).

Contra o westfalianismo, surgiu uma questão ambígua. O feminismo era contra as injustiças transfronteiriças, havia uma crítica de gênero amarrada a uma crítica ao imperialismo (FRASER, 2009, p.20). Porém, o Estado era o receptor das críticas e exigências, ao mesmo tempo que a estrutura westfaliana era a padrão (FRASER, 2009, p.21). Dessa forma, apesar da crítica teórica das feministas ao westfalianismo, só era possível agir no nível prático, apesar das críticas incluírem o nível teórico (FRASER, 2009, p.21).

O projeto emancipatório feminista fracassou nessas primeiras condições, e de acordo com Fraser, estava fadado ao fracasso desde o início por conta de pressões históricas (FRASER, 2009, p.22). A economia, antes controlada pela política, agora estava em transição para o oposto; para o mercado controlar a política, logo, para o "mercado domesticar a política" (FRASER, 2009, p.22). Com a mudança do caráter capitalista para o neoliberalismo, o feminismo prosperou (FRASER, 2009, p.22). O feminismo alcançou um dos objetivos que era se enraizar nas massas, se tornar um

fenômeno social, transformando as visões de senso comum de família, trabalho e dignidade, e os valores sociais (FRASER, 2009, p.23).

Em momentos de ruptura, o capitalismo se refaz, usando como base críticas anteriores feitas a ele (FRASER, 2009, p.24). Dessa forma, as críticas feministas foram ressignificadas e ajudaram a criar o novo capitalismo neoliberal. O neoliberalismo ressignificou as críticas ao economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo ao seu favor.

O antieconomicismo feminista ressignificado se deu com a ascensão neoliberal e dramática transformação na cultura política das sociedades capitalistas, reprimindo assim os ideais de igualitarismo social (FRASER, 2009, p. 23). A teoria crítica feminista cultural ascendeu e ofuscou a teoria crítica feminista social. A crítica necessária feita ao economicismo antes, acabou se tornando um "culturalismo igualmente unilateral" (FRASER, 2009, p.23). De acordo com Fraser, as feministas trocaram um paradigma incompleto por outro (FRASER, 2009, p.24).

Nesse momento, em que o neoliberalismo reprimia o igualitarismo social, as feministas deveriam ter focado na crítica da economia política e não cultural. As tendências cultural e econômica se separaram, assim como se separaram da crítica ao capitalismo, gerando uma "conexão perigosa" com o neoliberalismo (EISENTEIN *apud* FRASER, 2009, p.24).

O antiandrocentrismo feminista ressignificado veio a mudança do modelo fordista para um modelo horizontal e flexível, com ideias sexistas, do homem como indivíduo livre, desimpedido e automodelado (FRASER, 2009, p. 24). Em oposição a antes, que o ideal era ter o homem como único provedor, no neoliberalismo começou uma norma da família de dois assalariados. Essa mudança teve sérias consequências,

como salários mais baixos, menor segurança no emprego, maiores turnos e um aumento de lares chefiados por mulheres.

As mulheres como um todo passaram a trabalhar, não havia um padrão, eram mulheres de todas as raças, sexualidades, solteiras, casadas, com filhos (FRASER, 2009, p. 25). Com isso, o neoliberalismo tentou passar uma imagem de avanço feminino e justiça de gênero, mas, ao passo que há um projeto de autonomia, este é realizado em um contexto de degradação das condições trabalhistas (FRASER, 2009, p. 25). A emancipação feminina fica subordinada à máquina de acúmulo capitalista.

A ressignificação do antiestatismo feminista pelo neoliberalismo reduziu a ação estatal. De acordo com Fraser (2009, p.27), "a perspectiva que visava originalmente transformar o poder estatal em um veículo de empoderamento dos cidadãos e da justiça social é agora usada para legitimar a mercantilização e a redução de despesas do Estado".

A questão das feministas contra e a favor do Westfalianismo se manteve ambígua e até paradoxal ao neoliberalismo (FRASER, 2009, p.27). Os ideais feministas se expandiram pelo mundo com o movimento contracultural e, apesar das críticas anteriores ao economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo terem sido válidas no modelo capitalista anterior, as ideias feministas sofreram com ambiguidades e podem ser distorcidas, de forma a legitimar o novo capitalismo neoliberal (FRASER, 2009, p.28).

Fraser conclui discursando sobre a crise neoliberal e como o feminismo deve se destacar como um movimento social, que objetiva um compromisso estatal com a justiça de gênero (FRASER, 2009, p.29). Respondendo à questão que colocou anteriormente, Fraser defende que neoliberalismo e a segunda onda feminista

convergem na crítica a autoridade tradicional, uma vez que a construção discursiva feminista pode ser ressignificada de forma oposta aos ideais feministas (FRASER, 2009, p.30). O discurso, portanto, pode tornar-se independente do movimento (FRASER, 2009, p.29).

A divergência principal está nas formas pós-tradicionais de subordinação de gênero, derivadas da estrutura. Esses processos de subordinação mediada pelo mercado são essenciais no capitalismo neoliberal (FRASER, 2009, p. 30). Fraser finaliza seu artigo revisitando novamente os focos da crítica feminista, com um viés pós-neoliberal.

3.2. Continuum de Violência

O continuum de violência é a ocorrência de diferentes tipos de violência, em diferentes estágios e idades, ao longo da vida das mulheres; se manifesta diretamente ou indiretamente, através da cultura ou da estrutura. Bonilla (2020) define o continuum de violência como uma violência sociopolítica contra mulheres (p. 197). De acordo com o MOVICE¹, 2015, esses fatos perpetrados "indicam uma vasta modalidade de atos violentos e uma multiplicidade de impactos relacionados aos âmbitos econômico, jurídico, político, ideológico, psicológico e corporal"² (MOVICE, *apud* BONILLA, 2020, p. 198).

A diferenciação entre homens e mulheres nas estruturas de poder sociais é uma marca constante nas literaturas feministas, mas a classe econômica e raça, têm igual

¹ Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado.

² Tradução da autora.

importância, há uma gama de variáveis nos estudos feministas “*so while gender is binary, its components have varied expressions*” (COCKBURN, 2004, p. 28). A diferenciação de gênero é um processo social e cultural. É necessário usar a lente genderizada, de Peterson e Runyan (COCKBURN, 2004, p. 28).

O continuum está presente no cotidiano, na consciência coletiva, em instituições sociais, uma vez que é legitimado pelo Estado com a impunidade e negacionismo estatal (CASTAÑO *apud* BONILLA, 2020). Há uma falta de credibilidade no testemunho feminino, assim como questionamento e silenciamento (BONILLA, 2020). Esses fatores geram frustração, que é por si só uma violência. Assim sendo, os agentes estatais, paraestatais e insurgentes são os autores das violências.

As mulheres lidam com essa continuidade de violências a vida toda por conta de uma junção de impunidade com ausência de proteção das mulheres vítimas (BONILLA, 2020). Há, não só o sofrimento da violência, mas também das consequências que esses atos trouxeram, que acompanharão a mulher o resto da vida. Através de relatos de mulheres, de suas vivências e reflexões sobre momentos de dor e resistência, Bonilla (2020) defende que, ao sofrer o continuum de violência, partes disso se prendem em suas vidas, as convertendo em objetos de apropriação de agentes estatais e paraestatais. Assim, as mulheres são expostas a situações de controle de seus corpos e a sua descartabilidade.

O continuum identifica os padrões de vitimização antes, durante e depois, dos planos subjetivo e interpessoal. Como exposto pela Bonilla (2020, p.199), o continuum de violência "tem elementos para visibilizar a permanência e sistematicidade da violência na vida das mulheres ao nível particular e, também tem elementos para

entender como isso afeta todas no nível coletivo e através da história"³. Segunda Bonilla,

Es decir, las mujeres víctimas que padecen el continuum de las violencias sociopolíticas no resultan ser casos aislados; muy por el contrario, sus vivencias conforman un patrón sistemático que alojan diferentes repertorios que allanarían un círculo de violencias, impactando multidimensionalmente sus existencias y la vida de otras mujeres de sus entornos familiares y comunitarios, reforzando el imaginario socialmente instalado que naturaliza la subordinación e inferioridad de las mujeres (BONILLA, 2020, p. 199).

Segundo Cockburn (2004, p.43), para as mulheres, não há um momento de paz. Mesmo no pós-conflito há violência, mas é uma violência diferente, é estrutural, econômica, social, política, marcada pelo trauma individual e coletivo. Mulheres nunca estão em paz, seus corpos estão constantemente sendo violados, assim como seus direitos; o cotidiano feminino é um campo de guerra. Logo, “survivors are traumatized and the trauma is gendered.” (COCKBURN, 2004, p.39)

O fenômeno do gênero é uma constante entre todos os contextos, se manifesta através da violência sempre, através da continuidade da violência na vida da mulher. A assimetria de poder entre os gêneros, além do abuso de poder, são fatores conhecidos de violência do homem contra a mulher. Além disso, essa assimetria de poder é um fator derivado do capitalismo, necessário para a manutenção do sistema neoliberal.

our feminist strategic thinking for violence reduction calls for widespread consciousness of the power imbalance in gender relations, of the way patriarchal power infuses with violence institutions like the family, the military, the state; of the way gender power relations augment the violence in class and ethnically based associations. Finally, if violence is a continuum, our movements have to be alliances capable of acting in many places, at many levels, and on many problems simultaneously (COCKBURN, 2004, p. 44).

³ Tradução da autora.

O continuum de violência somente acaba na morte da mulher, com a descartabilidade do corpo feminino. A assimetria de poder, a sub-representação feminina em posições de autoridade e a hierarquização de gênero, implicam, na maioria das vezes, na impunidade de agressores e assassinos de mulheres (BONILLA, 2020, p.201). Observa-se o fenômeno de necropolítica de gênero. A necropolítica se refere a vidas que podem ser descartadas impunemente, ou seja, é dizer quais vidas importam e quais não importam.

A falta de impunidade inicia um ciclo vicioso. Como os agressores raramente são punidos de forma severa, há um incentivo indireto para realizar o ato novamente. De certa forma, é uma demonstração governamental da falta de valor da vida feminina. As mulheres, portanto, ficam presas nesse ciclo, no continuum de violência, a vida inteira.

4. A Caça às Bruxas Contemporânea

4.1. Caça às Bruxas Medieval e Ascensão do Capitalismo

A Idade Média foi marcada por uma forte presença da Igreja Católica e nela é observada uma intensa manutenção do patriarcado; um exemplo é o fato popularmente conhecido de padres ou papas, autoridades máximas católicas, serem exclusivamente homens. Além disso, na Bíblia, o grande Deus é homem, e a mulher é criada a partir do homem.

Desde Adão e Eva, é demonstrada a preferência por homens. O pecado original bíblico foi realizado por uma mulher, graças a sua sedução; ou seja, o ato sexual ou algo que remeta a sexualidade é o que gera pecados (MURARO, 1993, p.9).

A mulher é valorizada por ser esposa ou mãe, logo, somente é valorizada quando está relacionada a um homem. De acordo com Muraro (1993, p.7), a mulher saía das mãos do pai para as do marido, virgem, com sua sexualidade sendo fortemente controlada. A autora expõe a redução da mulher ao âmbito doméstico, sem qualquer capacidade de decisão no domínio público (MURARO, 1993, p. 7).

A Caça às Bruxas, iniciada na Idade Média, ocorreu juntamente à Inquisição, que buscava acabar com os hereges. As bruxas, portanto, eram acusadas de heresias, de ir contra o cristianismo e adorar o inimigo de Deus, o Diabo, além de praticar *maleficia* (LEVACK, 2006, p.4). Essa prática se dava através de magia oculta, envolvendo mortes e doenças e, por definição, era sempre prejudicial a alguém. A caça era iniciada com a descoberta das bruxas, através de acusações, denúncias ou rumores, e investigações, que com frequência resultavam em confissões forçadas. Em seguida, elas eram executadas, banidas ou presas (LEVACK, 2006, p.94).

Segundo Levack (2006), há uma explicação multicausal para essa perseguição. Algumas possíveis causas são a Reforma, a Contrarreforma, a Inquisição, a ascensão do Estado moderno, o desenvolvimento do capitalismo e o ódio às mulheres.

Historiadores defendem que as bruxas na verdade protestavam contra as ordens econômica e social ou contra o patriarcado (LEVACK, 2006, p.19), sustentando a tese de que eram perseguidas por conta do desenvolvimento do capitalismo. É possível observar como toda uma sociedade se virou contra as mulheres, as violentando, muitas vezes sem provas de que fizeram o que foram acusadas. A estrutura social tornou possível essas violências.

Segundo Santiago (2007, p.8), “para cada dez bruxas queimadas na fogueira, apenas um era bruxo”. Silvia Federici defende que as mulheres eram a maioria das acusadas de bruxaria pela pobreza que encararam com a capitalização da vida econômica e pelo controle que tomaram de seus corpos e capacidade reprodutiva (FEDERICI, 2004, p.162). Para a autora, há uma relação direta entre o início da Caça às Bruxas e o desenvolvimento do capitalismo, através da acumulação primitiva.

A perseguição às bruxas, ao feminino, foi uma estratégia utilizada pelas autoridades locais, que foi propagada na Europa inteira, com o intuito direto de incitar o terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades e as desumanizar, além de fomentar conflitos entre seus membros (FEDERICI, 2017). Ademais, serviu como forma de cercamento de terra, corpos ou relações sociais (FEDERICI, 2017, p.398). Foi uma tática de repressão que justificava a escravidão e o genocídio, assim como a desumanização e degradação de indivíduos, em sua grande maioria, mulheres.

Esse período foi marcado pela ideia de dominação e opressão; a elite tentava oprimir as massas assim como as metrópoles tentavam dominar os povos nativos das

colônias, do Novo Mundo. Segundo a autora, "ocorreu a expulsão forçada de populações inteiras de suas terras, o empobrecimento em grande escala, o lançamento de campanhas de "cristianização" que destruíram a autonomia das pessoas e suas relações comunais" (FEDERICI, 2017, p.397). Essa expulsão de populações das terras e a ascensão da elite dominante ocorreram na transição do feudalismo para o capitalismo.

Além disso, antes as autoridades máximas eram os padres ou papas católicos, que mantinham a hierarquia da sociedade baseada em gênero, como sempre foi na Igreja Católica. Havia o controle máximo da sexualidade feminina, onde as mulheres não tinham agência sobre os próprios corpos, que eram exclusivamente designados para a reprodução, e a mulher ficava presa ao âmbito doméstico.

O momento de desenvolvimento do capitalismo foi um período transitório, com isso houve diversas transformações no mercado, na máquina de trabalho e nas relações trabalhistas. Além da acumulação primitiva, de trabalhadores exploráveis e capital, também houve uma acumulação de força, dentro da classe trabalho, de diferenças e divisões, que incitaram a hierarquização baseada em vários fatores, como gênero, raça e idade, formando o proletário moderno e intensas relações de dominação de classe.

Marx e Federici convergem em um ponto: o capitalismo nasceu do sangue dos trabalhadores, alavancando-se na violência irrestrita e na exploração (FEDERICI, 2017, p.113). Inicialmente, a força de trabalho era composta por "trabalho vivo", ou seja, trabalhadores explorados, ou "trabalho morto", baseado no roubo (FEDERICI, 2017, p.114). Através de movimentos de resistência e esgotamento da força de trabalho, essa dinâmica acabou se alterando. A alteração veio com a expropriação da terra dos camponeses e o início do trabalho assalariado forçado.

Com o fim do feudalismo e início do capitalismo, houve a introdução do trabalho assalariado e a perda do acesso à terra, logo, surgiu uma forte dependência econômica das mulheres em relação aos homens, antes inexistente. Previamente visto como instrumento de liberdade, o salário passou a ser visto como instrumento de escravidão (FEDERICI, 2017, p.129). Sem o acesso à terra, os trabalhadores necessitavam de mais horas de trabalho por um salário cada vez menor.

As mulheres passaram a realizar movimentos de resistência ao cercamento de terra (FEDERICI, 2017, p.130). Com o cercamento, as mulheres foram expostas à possibilidade de vida nômade, onde sofreriam com a violência masculina e tinham mobilidade reduzida graças à gravidez e cuidado dos filhos, por exemplo (FEDERICI, 2017, p.131). Outra grande questão é que, por conta do androcentrismo nas relações trabalhistas, ocorreu o confinamento feminino ao trabalho reprodutivo e da casa, em momento de desvalorização destes, desta forma, tinham dificuldades em se sustentar (FEDERICI, 2017, p.132).

A emergência da divisão sexual do trabalho teve graves repercussões na vida feminina. O trabalho doméstico passou a ser considerado vocação natural e "trabalho de mulher" (FEDERICI, 2017, p.133). Ocorreu uma invisibilização e exclusão da mulher no campo trabalhista, com isso houve um aumento da dependência feminina em relação ao homem (FEDERICI, 2017, p.132). O salário masculino foi um instrumento para comandar a mulher, foi um instrumento de escravidão, que as prendiam ao trabalho reprodutivo e doméstico, e ao homem (FEDERICI, 2017, p.133). A posição das mulheres na sociedade mudou em relação aos homens, foi o começo da hierarquia de gênero atual e da degradação social da mulher.

A degradação social e a hierarquia de gênero, não somente provenientes do capitalismo, mas sustentadas por ele, constituem violências estruturais, e ascenderam junto com a transição para o capitalismo. É uma forma de violência sociopolítica, que, a partir da definição de Bonilla (2020, p.199), é sistemática e gera efeitos prolongados na vida da mulher. Esses efeitos são o desemprego, dependência econômica e falta de agência, o que causa frustração e promove a continuidade da violência na vida feminina.

No caso da Idade Média, uma das principais violências foi a perseguição ao feminino. As mulheres que fugiam desses moldes criados pelo capitalismo, que as prendiam ao homem e ao trabalho doméstico e reprodutivo, eram as bruxas. Além da questão religiosa, o advento do capitalismo influenciou mudanças socioeconômicas que implicaram diretamente na Caça às Bruxas. A assimetria de poder entre os gêneros e a hierarquização social se tornam mais marcadas nesse período. A degradação da mulher foi um fator crescente na época, assim como o androcentrismo nas forças de trabalho. As mulheres estavam no grupo dos mais vulneráveis às mudanças, um dos motivos disso é não integrarem a força de trabalho, assim como dependerem do homem para subsistência. O trabalho reprodutivo e doméstico parou de ser valorizado e as mulheres passaram a tomar consciência e controle dos próprios corpos.

A força produtiva feminina era desvalorizada, tanto no âmbito doméstico como nos meios de produção, onde a preferência eram trabalhadores homens. Com isso, uma forma de resistência das mulheres foi conseguir trabalhos assalariados, para complementar a renda de casa e não depender exclusivamente do trabalho masculino. Esse feito foi uma forma de desafio ao sistema medieval por gerar independência feminina e dar agência à mulher. A Caça às Bruxas, portanto, foi uma forma de caçar

aquelas que eram consideradas “hereges”, não só da Igreja, como do sistema de controle capitalista, com ênfase no homem.

Para uma sociedade patriarcal é perigoso ver as mulheres tomando controle de si e não terem necessidade de homens para sobreviver. As autoridades precisavam manter a hierarquização social patriarcal, iniciada no catolicismo, com destaque para os homens. Eles tinham que integrar a força de trabalho, tinham que ser os donos dos meios de produção e integrar os governos, afinal a forma como a economia se organiza influencia diretamente na organização da sociedade. Uma forma encontrada na época de manter esse controle masculino foi através da Caça às Bruxas, matando e perseguindo as mulheres independentes, que procuravam lutar contra a estrutura socioeconômica e machista.

Em qualquer situação, as mulheres estariam em desvantagem. Se eram consideradas bruxas, eram temidas e mortas; se aderissem à vida nômade, sofreriam violência de homens. Estavam fadadas à pobreza, dependência econômica, violência e invisibilização. Porém, com a desvalorização do trabalho reprodutivo, haveria, conseqüentemente, uma desvalorização da força de trabalho; se as mulheres não engravidassem, não nasceriam mais trabalhadores. E isso era essencial para a acumulação de capital. A vida feminina estava presa a uma forma de escravidão, onde eram frequentemente degradadas, desvalorizadas e violentadas.

4.2. Período Contemporâneo

Para Fraser, há a esperança de que olhar para o passado nos ajude a olhar para o futuro e, ao reconstruir o caminho percorrido, talvez seja possível analisar e entender

os desafios atuais. Analisar o passado de fato nos ajuda a chegar a concepções sobre o presente e até fazer previsões sobre o futuro. A história é marcada por continuidades e rupturas; por repetições, manutenções e revoluções. O percurso da luta das mulheres contra o abuso e a violência é contínuo e é historicamente associado a mudanças estruturais, como a ascensão capitalista.

Na Idade Média, a economia era baseada no feudalismo e, no momento da Caça às Bruxas e da Inquisição, houve uma transição para o capitalismo, marcada por violências. Atrocidades ocorreram, os direitos humanos foram severamente violados e sangue foi derramado para que o capitalismo pudesse ascender. Houve assassinatos, torturas e expulsões de indivíduos de suas terras por desafiarem o sistema. As mulheres no período da Caça às Bruxas e transição capitalista foram a maior parte das vítimas. Atualmente, nos encontramos em uma situação similar, não só de repetição histórica e manutenções, mas de continuidade.

A Caça às Bruxas nunca acabou. Ela se mantém até os dias atuais, com algumas mudanças, mas a degradação feminina continua sendo considerada normal e o continuum de violência na vida das mulheres resistiu e cresceu. Hoje, não há mais o terror imposto pelas autoridades à suposta existência de bruxas praticantes da *maleficia*, adoradoras do Diabo. Não há a perseguição, o julgamento nos tribunais, penas de morte ou banimento, pelo fato de serem bruxas. O terror está na vida das mulheres que têm que lutar diariamente contra a estrutura socioeconômica, onde são diminuídas e violentadas. A perseguição à mulher contemporânea ocorre pelo simples fato de ser mulher e o capitalismo tem um grande papel nisso.

O capitalismo, seja de qualquer vertente, foi construído para sustentar a desigualdade social, econômica e política. A hierarquização, seja de gênero, classe ou

raça, é inerente a esse sistema, é necessária para a existência e manutenção da estrutura. A hierarquia é baseada em dominadores e dominados; homens são dominadores e mulheres são dominadas, subordinadas aos homens.

Existem quatro tendências principais no capitalismo que sustentam as assimetrias de poder e gênero. De acordo com Nancy Fraser (2009), são elas: economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo.

O estabelecimento da divisão sexual do trabalho diminuiu o valor das tarefas feitas por mulheres. Além de majoritariamente realizarem as tarefas domésticas, de forma não assalariada, quando trabalham fora de casa, recebem menos. A mulher fica destinada a uma situação de pobreza crônica, precariedade e despossessão, que acaba se mantendo pelo resto de sua vida (BONILLA, 2020, p.201). Essa desvalorização do trabalho feminino deixa as mulheres casadas presas aos seus maridos e ao trabalho doméstico. Isso as coloca em posições de vulnerabilidade, suscetíveis a violências domésticas e feminicídios em suas residências, que, de acordo com o Atlas da Violência elaborado pelo IPEA, em 2019, representou 33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas (CERQUEIRA *et al*, 2021). Os níveis de desigualdade de gênero são extremamente perigosos para mulher por terem criado uma mentalidade de superioridade masculina, ocasionando em mortes e estupros, por exemplo.

Comumente, é dito que as mulheres estão sofrendo cada vez mais violências. Não é puramente o caso. O número de denúncias aumentou, mais mulheres são levadas a sério em suas denúncias (ABRAHAM, 2020). Muitas seguem sendo questionadas e silenciadas, ainda existe vergonha em admitir que sofreu uma violência e denunciar. Na Índia, por exemplo, onde estupros coletivos são frequentes, as denúncias não

ocorrem tanto. Há o medo da desonra, por conta de uma pressão da sociedade de manter a pureza.

Outro problema é a falta de representatividade das mulheres em posições de autoridade. Ora, se não é do interesse da autoridade masculina que essa estrutura, que o deixa em vantagem, acabe, não há motivo para ele combatê-la. De acordo com Murray (2013), existe uma centralidade da violência na discussão de saúde feminina e direitos humanos, porque é um dos principais motivos para a mortalidade feminina e é uma estratégia central e simples para manter o poder e a superioridade masculina em nossa sociedade organizada hierarquicamente.

Os julgamentos de violência contra a mulher estão ocorrendo mais, porém os juízes, advogados, ou seja, todo o corpo político e jurídico é masculino, na maioria das vezes. O homem não sofre da mesma violência estrutural e física que a mulher, muitas vezes não entende a gravidade da situação. A mulher fica em posição de insegurança, sem ter seus interesses defendidos.

Como Fraser (2009) defende, deve-se olhar para a cultura, política e economia conjuntamente. A estrutura econômica dita como a sociedade se organizará, e a cultura irá espelhar os valores apresentados na economia. Culturas não nascem machistas, assim como indivíduos também não. É algo ensinado, que está cravado na estrutura socioeconômica. Segundo Carrillo, "as manifestações (da violência contra a mulher) podem ser culturalmente específicas, mas a violência específica de gênero ultrapassa fronteiras nacionais, ideologias, classes, raças e grupos étnicos"⁴ (CARILLO *apud* MURRAY, 2013, p.136).

⁴ Tradução da autora.

Por conta disso, as mulheres estão sempre vulneráveis a violências e estão sempre às sofrendo, sejam diretas ou indiretas. Esse sistema machista, focado na degradação da mulher, é uma violência sociopolítica (BONILLA, 2020). E o conjunto de todas essas violências, ao longo da vida feminina, estabelecem o continuum de violência.

O continuum de violência, assim como a dupla condição da mulher de precariedade e despossessão, desembocam na restrição à vida com mandatos patriarcais (BONILLA, 2020, p.201). A hierarquização de gênero produz a maior violência contra a mulher, a morte ou feminicídio. Esse ato se define como o assassinato da mulher por ser mulher. Os assassinos e agressores de mulheres regularmente saem impunes, uma vez que são homens em posições de autoridade. Percebe-se, portanto, segundo Bonilla (2020, p.201), uma descartabilidade e falta de direitos femininos, gerando uma necropolítica de gênero, que, de acordo com Agamben (*apud* BONILLA, 2020, p. 201), “uma vida que se pode matar impunemente”. É o poder de decidir quem vai morrer e quem vai viver e quais mortes são válidas de punição e quais podem ser impunes.

Dessa forma, vemos as mulheres como instrumentos, presas a um regime de medo e constrangidas a "tarefas de mulheres", ou seja, serem mães ou esposas, vivendo somente no âmbito privado familiar, cuidando dos outros e realizando tarefas domésticas, "como funções inerentes ao seu ser" (BONILLA, 2020, p.201). Com essa estratégia de terror, os papéis da divisão sexual do trabalho se mantêm intactos e não há questionamento sobre a ordem de relações de gênero, mantendo a assimetria de poder, assim como a hierarquia.

Dados os fatos, vemos a continuidade da Caça às Bruxas. A estrutura econômica capitalista em ambos os momentos hierarquiza os gêneros e brutaliza os

corpos femininos. O capitalismo nasceu do sangue e assim se manteve, as violências se mantiveram. A violência controla a sociedade e mantém a autoridade daqueles no poder. As mulheres sofriam e seguem sofrendo com o continuum de violência e a necropolítica de gênero. Corpos femininos seguem sendo considerados descartáveis, as mortes impunes. Para Federici (2017, p.17),

cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época.

Todas as violências sofridas por mulheres têm caráter estrutural, nascem da assimetria presente no sistema e se ilustram diferentemente, mas convergem no sentido de serem contínuas. As violências de hoje aconteciam na Idade Média, com justificativas diferentes, mas em contextos econômicos similares.

4.3. Estudo de Caso

Há uma abundância de casos que ilustram a continuidade da Caça às Bruxas e a relação do capitalismo com a violência contra a mulher na contemporaneidade. Um enigmático caso é o indiano.

A Índia tem como religião majoritária o hinduísmo, que prega a não violência e não discriminação, porém, a realidade para as mulheres do país não é essa (CENSUS OF INDIA, 2001). As mulheres indianas são muito valorizadas por suas relações com homens, logo, como irmãs, mães, esposas. A sua dignidade enquanto pessoa depende de suas relações e não de sua individualidade (COELHO, 2017). Segundo Coelho,

Esse conflito entre relacionamento e individualidade, ou, seguindo a sugestão do próprio Michael Dusché, entre hierarquia e equidade está ao centro da situação das mulheres na Índia, construindo e influenciando o horizonte cultural de reprodução e efetivação do Direito a esse respeito (COELHO, 2017, p. 103).

Ao sair dessa esfera familiar, tudo muda. A mulher não é considerada digna ou é valorizada se não estiver relacionada com homens. De fato, há uma concepção popular de que a cultura indiana é misógina. Por conta do capitalismo, observa-se uma desigualdade entre as atividades exercidas por homens e mulheres, pelo fato de que as exercidas por homens serem mais valorizadas ou privilegiadas do que as exercidas por mulheres.

Um legado do início do capitalismo, da época da Caça às Bruxas, é a falta de direitos da mulher sobre a terra. De acordo com Archana Prasad, em entrevista ao movimento CAPIRE, os homens frequentemente conseguem trabalhos fora e, com isso, as mulheres precisam manter a lavoura. Há uma extensão do trabalho feminino para fora do âmbito doméstico e reprodutivo, porém, como a mulher não tem direito a terra, elas não são vistas como agricultoras, seus maridos, proprietários das terras que elas cuidam, que são vistos como tal. O economicismo mantém as injustiças sociais e o androcentrismo do sistema capitalista continua fortemente presente nas relações de trabalho, desde a Idade Média (CAPIRE, 2021).

Prasad (2021), na mesma entrevista, aponta que 90% das mulheres remuneradas, estão em situações de informalidade e, aquelas presentes na indústria, são invisibilizadas. Uma vez que o capitalismo, assim como a continuidade histórica, coloca as mulheres nessas condições informais, de invisibilidade e sem agência, o continuum de violência será mantido na vida feminina atual e reforçado para as próximas gerações. A subordinação sistêmica das mulheres está fundamentada nas estruturas da sociedade (FRASER, 2009, p.18) e nas entranhas do sistema capitalista neoliberal.

Essa falta de agência da mulher é uma das bases para o continuum de violência na vida feminina. É, portanto, um fato sistemático, a violência contra a mulher é um reflexo da desigualdade estrutural (UNGA, 2014). A mulher só é levemente valorizada no ambiente familiar, realizando suas tarefas domésticas e reprodutivas. É construída, portanto, uma imagem de polarização e algo mutuamente exclusivo, logo, quando o masculino é privilegiado, é às custas do feminino. A única categoria socialmente construída que importa é a de mulher porque todas as mulheres sofrem violência por serem mulheres, pela assimetria entre homens e mulheres na sociedade.

Anju Singh aponta que as mulheres nascem para lutar desde o início, desde o nascimento, e são constantemente silenciadas de forma emocional, familiar, religiosa e econômica (SINGH *apud* COELHO, 2017). Esse fato demonstra o funcionamento perfeito do capitalismo, que constrói uma hierarquização de gênero e fomenta a perseguição ao feminino.

A mulher indiana é diariamente silenciada através de micro-agressões. Não têm acesso à educação, com um número impressionantemente baixo de alfabetização em relação a homens. De acordo com o censo da República Indiana de 2011, 65,5% das mulheres são alfabetizadas contra 82,1% de homens, porém a taxa de abandono é 10% maior entre as mulheres do que homens (COELHO, 2017, p.105). Assim, elas têm menor preparo profissional e escolarização.

O resultado é um círculo vicioso em que as mulheres, por terem, comparativamente, menor preparo profissional e nível escolar que os homens, não conseguem competir por vagas no mercado de trabalho, muito menos nos centros urbanos. Consequentemente, 94% da força de trabalho feminina é constituída por trabalhadoras autônomas, localizada, em sua maioria, no campo (COSSMAN; KAPUR *apud* COELHO, 2017, p 105).

Isso implica diretamente na força de trabalho, com a maior parte dos trabalhadores formais sendo homem. Há um problema estrutural, sem trabalhos dignos e acesso à educação, as mulheres têm seu papel na sociedade diminuído. Elas trabalham, mas majoritariamente em casa, cuidando da família, um trabalho que não tem descanso, tampouco ajuda. A violência aqui presente é sociopolítica e estrutural.

Aquelas que trabalham fora, no campo, estão nos trabalhos que se enquadram no termo 3Ds, ou seja, *dirty, dangerous and demeaning* (insalubres, perigosos e degradantes). Elas recebem pouco por trabalhos que demandam muito. Dessa forma, a violência contra a mulher é extremamente alta. Como mulher, a Índia é considerada um dos piores países para se viver e isso não é sem motivo (BANERJI, 2018). O país é conhecido internacionalmente pelos estupros brutais coletivos que costumam resultar em morte.

Os números também são chocantes no que diz respeito a casos de estupro. Segundo o Serviço Nacional de Registros Criminais, 24.206 casos foram registrados no ano de 2011. Mais assustadora é a maneira pela qual a sociedade e mesmo o judiciário indiano interpretam tais acontecimentos (COELHO, 2017, p. 104).

Em 2018, não mudou muito, de acordo com um relatório do governo indiano, a cada 15 minutos, um estupro era reportado. Nisso, 85% geraram acusações e 27% condenações (CARUSO, 2020). Porém, os estupros muitas vezes não são notificados. Muitas vezes mulheres deixam de denunciar por diversos motivos. Seja por medo do que o agressor possa fazer ou a família, ou até por acharem que nada será feito (falta de credibilidade no testemunho feminino, questionamento e silenciamento das mulheres são problemas presentes em nossa sociedade); ou porque, em caso de estupro marital, sentem que devem ao marido o prazer sexual (mesmo que não tenham

consentido com o ato). De acordo com o relatório da Organização Global Citizen, *“the data in the report is not an accurate estimate of the total number of rapes in 2018, just those reported to the police. For many communities in India, it is considered taboo to report a rape. But reporting rape is only half the battle”*.

A mulher não é vista por sua individualidade, mas sim por suas relações. Porém, quando uma mulher é estuprada, ela é considerada corrompida, impura, e sua família vira as costas para ela. Às vezes até morrer é melhor do que expor algo assim, o que a leva a cometer suicídio. De acordo com a BBC, quase 36% dos suicídios femininos mundiais são na Índia, apesar de as mulheres indianas representarem menos de 18% da população mundial. O suicídio é a principal causa de morte entre as mulheres indianas com idades entre 15 e 29 anos, responsável por cerca de 26 a 33 mortes por 100.000 mulheres em 2016. Por conta do provável alto número de subnotificações, não é possível quantificar os casos de estupro (PANDEY, 2021).

Em 2012 ocorreu um fato que mexeu com o mundo: o estupro de uma estudante chamada Jyoti Singh. Ela foi agredida e sofreu um estupro coletivo em um ônibus em Nova Déli e morreu duas semanas depois por conta dos ferimentos. Chamada pela mídia de "a destemida", ela foi considerada um marco na história indiana. Sua agressão gerou indignação nacional e internacional, demonstrada através de uma série de protestos e manifestações e, inclusive, acabou mudando a legislação criminal.

A lei ampliou a definição de estupro, endureceu as penas (notadamente para casos seguidos de morte) e tornou crime sexual ações como ataques com ácido (que vitima centenas de pessoas por ano no país, a grande maioria mulheres), assédio sexual,

voyeurismo e acoso. Mas foi mantido, de forma controversa, que um homem não pode ser acusado de ter estuprado sua esposa - a menos que ela tenha menos de 16 anos de idade. A sentença mínima para estupro coletivo, de menores e por policiais ou autoridades foi dobrada para 20 anos - até prisão perpétua. Além disso, segundo as novas leis, a falta de resistência por parte da mulher não indica concordância com o ato.

Então, em 2015, foi feito um documentário, chamado "*India 's Daughter*" sobre o estupro de 2012 e mostra a justificativa do agressor como sendo produtos da pobreza, privação e de uma cultura de privilégio masculino na Índia. Afinal, a vítima tinha ultrapassado os limites dos papéis de gênero estabelecidos e da moralidade feminina - estava num ônibus à noite com um amigo. Assim como na Idade Média, Singh foi violentada por não cumprir com padrões de gênero que sequer deveriam existir. No caso que marcou a Índia, todos os agressores foram presos.

Apesar da lei ter sido mudada pelo caso, o pensamento misógino se manteve. No documentário, foi feita uma série de entrevistas com homens que culpavam a vítima pelos estupros, por estarem andando sozinhas à noite, pela roupa que usavam etc. Quando a vítima não era considerada culpada, foi dito que as mulheres são incapazes de se proteger e que é necessário pensar nelas como se fossem suas próprias mães ou irmãs.

Observamos, então, uma certa cultura misógina. É necessário questionar quando essa cultura de desprezo por mulheres começou, de vê-las como objetos, por suas relações e não por suas individualidades. Não é uma tradição ou cultura. Não

ocorre há séculos. É um mito proferido para fins políticos, de acordo com Krishnan (2015).

Essa tal cultura indiana é uma forma de manter o poder onde já está, nas mãos dos homens. É uma forma de unir os donos e os trabalhadores das fábricas. De consolidar o apoio das classes dominantes, castas e religiões. É um mito criado por homens para homens. Essa identidade comum entre homens em situações tão diferentes é facilmente criada através da noção de "honra" feminina, da necessidade de proteção e controle de suas mães e irmãs. Identifica-se aqui a desigualdade e a hierarquia fundamentadas pelo capitalismo.

A estrutura econômica, hierárquica, influenciou em uma cultura e sociedade hierárquicas. Se a economia é baseada na hierarquização e degradação de um grupo social, também será assim na sociedade e na cultura. Como previamente mencionado, a violência é uma forma simples de manter o poder.

Portanto, uma cultura misógina não é estática e imutável. Ela é determinada por inquietações modernas e motivos econômicos, sociais e políticos. A "cultura indiana" invocada aqui é, portanto, um mito, narrado para unir a classe trabalhadora e homens sem-terra aos proprietários de terras e capitalistas (KRISHNAN, 2015, p. 265).

A forma mais simples de manter subordinados é através do medo e da violência. Krishnan aponta que o estupro é uma arma contra os movimentos resistentes à acumulação primitiva. A autora também aponta que o medo da violência disciplina as mulheres e as torna boas trabalhadoras (MENON, 2013). O capitalismo tem uma essência desigual e hierárquica. Existe uma conexão estrutural e sistêmica entre a subordinação feminina e dominação masculina (FRASER, 2009, p.19). Os homens estão na posição favorável, e se mantêm através da violência ou ameaça dela. O

capitalismo, com sua essência androcêntrica e com a divisão sexual do trabalho, cria a base para a hierarquização de gênero e desvalorização do trabalho feminino (FRASER, 2009, p.19), e a manutenção ocorre através do continuum de violência na vida das mulheres, que vem desde a Idade Média até os dias atuais.

Assim, vemos que, através da culpabilização da vítima, justificativa do estupro e controle sobre as mulheres, está ocorrendo uma tentativa de disciplinar o trabalho feminino em uma economia capitalista e, não é puramente uma cultura atrasada e misógina. É fácil manter esse mito de cultura atrasada quando aqueles que estão no poder o mantêm. Homens julgam casos de estupro, homens criam leis, homens são policiais. A continuidade de séculos da dominação masculina da sociedade e subordinação feminina.

As mulheres não têm chance de lutar contra esse sistema enquanto não tiverem escolarização, saúde básica, trabalhos dignos, os direitos mais básicos e simples. Segundo Coelho, "é possível atribuir tal estado de coisas à falta de representatividade política das mulheres." (COELHO, 2017, p.106). O continuum de violência é facilmente mantido nessas condições.

Krishnan expõe que na Índia está ocorrendo um aumento de autonomia feminina no âmbito doméstico, uma vez que estão sendo incorporadas ao mercado de trabalho e trabalho assalariado (KRISHNAN, 2015, p.266). Isso constitui uma falsa noção de avanço no movimento feminista, porém, não há avanço enquanto as mulheres não ocuparem posições de autoridade. Com uma integração de todos aqueles que têm batalhas sociais a lutar na Índia, seria possível enfrentar o capitalismo e possivelmente

alcançar liberdade e autonomia em todos os meios sociais.

A ideologia de gênero, família e “cultura” nacional/religiosa é invocada nas narrativas políticas, econômicas e sociais contemporâneas na Índia para justificar divisões de gênero, casta, classe e religiosas. É por isso que a luta contra a violência de casta, gênero e comunitária na Índia não pode ser apenas uma luta contra uma “cultura atrasada” ou “mentalidades retrógradadas”, como ela é popularmente entendida na grande mídia na Índia e no Ocidente. Essas batalhas, juntamente com as dos trabalhadores e camponeses na Índia, precisam se integrar umas com as outras e enfrentar o capitalismo e as políticas neoliberais; e batalhas terão de ser travadas em conjunto, para a liberdade e autonomia nos meios rurais, nas fábricas e nas famílias (KRISHNAN, 2015, p. 266).

As injustiças sociais devem ser combatidas com a junção de movimentos emancipatórios, das feministas, movimento negro, movimento trabalhista e movimento LGBT, por exemplo. Todas essas injustiças e violências consequentes são geradas pelo capitalismo e a necessidade de hierarquização. No caso feminino, há também a importante questão da Caça às Bruxas. As mulheres continuam sendo perseguidas, mortas, violentadas e excluídas da vida social. A luta não deve ser tão somente contra uma "cultura atrasada" ou políticas machistas, mas também contra a economia e essa estrutura capitalista que mantém desigualdades, injustiças e violências.

5. Considerações Finais

O capitalismo desde o seu nascimento vitimiza mulheres, como observado na Caça às Bruxas, e continua as vitimizando, séculos depois. Essa estrutura, baseada no ecomanicismo e androcentrismo, foi feita para ser injusta e hierarquizar os indivíduos, seja quanto a classe ou gênero. Os homens são beneficiados e considerados superiores, de forma que é de interesse deles se manter nessa posição. A subordinação feminina é sistêmica e contínua. De acordo com Fraser (2009), existe uma conexão estrutural, presente no capitalismo, entre a subordinação feminina e a dominação masculina.

A violência é a forma mais simples e fácil de controlar uma população. Na época medieval, acusavam as mulheres de bruxaria como forma de justificar as violências realizadas. O terror imposto na população foi um método de controle, de manutenção do poder nas mãos dos homens, corroborando assim com a manutenção da hierarquia social. Não coincidentemente, foi no mesmo período do nascimento do capitalismo.

Atualmente, seguimos vendo mulheres sendo sub representadas, com o poder se mantendo na mão dos homens. Como forma de manter esse status quo, a violência estrutural e sociopolítica segue sendo utilizada para controlar a população. O continuum de violência na vida das mulheres foi estabelecido na Idade Média e segue presente na atualidade. As mulheres seguem sendo mortas, como se fossem descartáveis, em uma condição de necropolítica de gênero.

Como ilustrado no caso indiano, a situação feminina está cada vez pior. Em contrapartida, o movimento emancipatório feminista está cada vez mais forte. Foi criada a Comissão Nacional das Mulheres, em 2009 na Índia, o que representa um

grande avanço. A luta das mulheres não é unicamente por mais direitos ou equidade, mas sim uma luta contra uma estrutura injusta e assassina.

A economia é o que lidera o mundo. A sociedade é influenciada pela economia e influencia a cultura. Assim como a diferenciação de gênero é um processo social e cultural, o machismo também é. O ser humano não nasce machista, ele se torna, através de influências sociais e culturais ao longo da vida. A estrutura capitalista neoliberal foi construída para ser desigual e hierárquica, de forma que sustenta a assimetria de gênero. E essa assimetria, superioridade masculina e, conseqüentemente, a subordinação feminina são mantidas através da violência.

Nesta pesquisa, não foram utilizados outros indicadores além do gênero. O fato de as mulheres sofrerem violências independe de raça ou classe social, por exemplo. Todas sofrem, sem exceção. É claro que raça e classe social afetam o nível de violência. Por exemplo, mulheres negras e pobres são violentadas com mais frequência que brancas e ricas (MUGNATTO, 2021). Porém, o elo em comum entre todas as mulheres de qualquer raça ou classe é a violência.

A história é feita de continuidades e rupturas, de repetições de erros antigos e manutenções de estruturas. Porém, a história não está se repetindo porque essa situação assimétrica nunca mudou. O que está acontecendo é uma continuidade da degradação feminina, sustentada pela manutenção de uma estrutura violenta e desigual.

As lutas feministas continuam, essencialmente, as mesmas. O paradigma de morte se manteve. As mulheres consideradas bruxas, independentes, com controle do próprio corpo e lutando contra o patriarcado, não são diferentes das mulheres atuais. Uma diferença é que atualmente não é mais necessária uma política de medo para violentar as mulheres. Não é necessário dizer que elas são perigosas para a sociedade.

O capitalismo é fundado na violência e, assim, torna desnecessária qualquer justificativa. Sofremos diariamente e os que cometem as violências continuam saindo impunes. É um jogo de poder; enquanto houver violência feminina, fica mais fácil sustentar a estrutura socioeconômica e política. As mulheres são apenas instrumentos nesse jogo.

As bruxas da Idade Média são as feministas atuais. Mulheres normais visando justiça social e o fim do ciclo de violência. Buscando representação política e, não somente voz, mas serem ouvidas, tentando construir uma agência própria. Lutando contra as ordens econômica e social, contra o patriarcado e pela independência de seus próprios corpos.

6. Referências bibliográficas

ABRAHAM, Bobins. COVID-19 is worsening the gender-based violence for women, girls and these strats are worrying. **India Times**, 04 dez. 2020. Disponível em: <https://www.indiatimes.com/news/india/covid-19-is-worsening-the-gender-based-violence-and-for-women-girls-528972.html>. Acesso em: 01 fev.2022.

BANERJI, Annie. Things have not changed: Mother of gang rape victim backs India's rank as 'most dangerous for women'. **Thomson Reuters Foundation**. Nova Deli, 27 jun. 2018. Disponível em: <https://news.trust.org/item/20180627114549-nj9uo>. Acesso em 30 jan. 2022.

BASTOS, C. L; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BENNETT, A. Case Study Methods: Design, Use, and Comparative Advantages. In.: SPRINZ, D; WOLINSKY, Y. **International Relations Research Methods**. p. 27-64, 2004.

BONILLA, Paola Andrea Diaz. O continuum da violência sociopolítica como necropolítica de gênero na Colômbia. **Nômadás**, n.53, p.195-211, 4 jul. 2020.

CAPIRE. A luta camponesa na Índia, por uma perspectiva feminista. **CAPIRE**, 05 fev. 2021. Disponível em: <https://capiremov.org/entrevista/a-luta-camponesa-na-india/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CARUSO, Catherine. 1 Rape is reported Every 15 minutes in India. **Global Citizen**, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www.globalcitizen.org/en/content/rape-reported-every-15-minutes-india/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CENSUS OF INDIA. **Religion**. Nova Deli: Census of India, 2001. Disponível em: https://censusindia.gov.in/census_and_you/religion.aspx. Acesso em: 30 jan. de 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da Violência. **IPEA**. São Paulo: FBSP, 2021

COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: a gender perspective on war and peace. In: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. **Sites of Violence: gender and conflict zones**. California: University of California Press, 2004.

COELHO, D. J. S. da C. S.; COELHO, S. de O. P.; DINIZ, R. M. S. Situação das mulheres nos países do BRICS: Análise comparada da (in)efetividade das políticas públicas de proteção da mulher e de redução da desigualdade de gênero nas quatro maiores economias emergentes do mundo. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 55, p. 96-119, dez 2017.

COOMARASWAMY, R. Some Reflections on Violence Against Women. **Canadian Woman Studies/Les Cahiers de La Femme**, [S. l.], v. 15, n. 2, 1995. Disponível em: <https://cws.journals.yorku.ca/index.php/cws/article/view/9458>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e a Caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**. Londrina, v. 14, n. 2, 2009.

GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. **Sites of Violence**: gender and conflict zones. California: University of California Press, 2004.

KRISHNAN, Kavita. Cultura do Estupro e Machismo na Índia em Globalização. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. v. 12, n. 22. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVACK, Brian P. **The Witch-Hunt in Early Modern Europe**. Edinburgh Gate: Pearson Education Limited, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Vozes, 2010.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

MENON, Nivedita. Capitalism, sexual violence, and sexism: Kavita Krishnan. **Kafila**, 23 mai. 2013. Disponível em: <https://kafila.online/2013/05/23/capitalism-sexual-violence-and-sexism-kavita-krishnan/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MUGNATTO, Sílvia. Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. **Agência Câmara de Notícias**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-femicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica ao Malleus Maleficarum. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 5-17, 1993.

MURRAY, Anne Firth. **From Outrage to Courage**: The Unjust and Unhealthy Situation of Women in Poorer Countries and What They are Doing About It. California: self-published, 2013.

PANDEY, Geeta. O que está por trás de onde de suicídios de donas de casa na Índia. **BBC News**. Nova Déli, 16 dez. 2021. Disponível em: bbc.com/portuguese/internacional-59680950. Acesso em: 20 jan. 2022.

PETERSON, V. Spike; RUNYAN, Anne Sisson. **Global gender issues**. Boulder: Westview Press, p. 1-38, 2014.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/consideracoes-sobre-estado-da-arte-levantamento-bibliografico-e-pesquisa-bibliografica-relacoes-e-limites>. Acesso em: 18 de nov. 2021.

SANTIAGO, Rosilene Almeida. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. **Unifacs – Psicologia**. Salvador, v.11, n.1, 2007.

SEN, Gita. Subordination and Sexual Control: A Comparative View of the Control of Women. **Review of Radical Political Economics**, n. 16, 1984.

SIEGFRIED, Kristy. Violência contra a mulher aumenta durante a pandemia de COVID-19. **ACNUR - Brasil**, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83, 2021.

UNGA – United Nations General Assembly. **Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences, Rashida Manjoo**. 28 mai. 2014. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/docs/2014/5/special-rapporteur-on-violence-against-women-a-hrc-26-38>. Acesso em: 28 jan. 2022.